

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2020  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, a presente sessão especial foi convocada através do requerimento do senhor Deputado Bruno Souza, e aprovada pelos demais Parlamentares para ouvir o senhor Secretário de Estado da Educação que, em decorrência da suspensão das aulas presenciais, na rede pública e privada, prestará esclarecimentos acerca do plano de retomada às atividades escolares. Bem como, qual o embasamento científico que inviabiliza a reabertura das escolas, se a pretensão da autonomia será imposta ou opcional às famílias dos alunos, e quais os efeitos negativos já diagnosticados com o fechamento das instituições de ensino.

Esta Presidência passa a condução dos trabalhos desta sessão especial a Sua Excelência, Deputado Bruno Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Boa tarde a todos! Muito obrigado, senhor Presidente. Boa tarde a todos os Colegas que estão presentes; boa tarde ao Secretário também, agradecemos sua presença nesta sessão.

A presente sessão seguirá a seguinte metodologia: o senhor Secretário de Estado fará, inicialmente, uma exposição, que é justamente os objetos da sua convocação, pelo prazo de até 20 minutos, e se puder ser mais breve, agradecemos, para que possamos passar aos questionamentos e dúvidas dos senhores Deputados. A seguir, depois do Secretário, os Deputados Líderes ou seus representantes, aqui, poderão fazer os seus questionamentos. Encerrada a exposição do Secretário, os senhores Líderes, então, formularão as perguntas, por até três minutos para cada um e,

a cada três perguntas formuladas, o Secretário terá o prazo de até cinco minutos para respondê-las.

Desta forma, para que possamos agilizar nossos trabalhos, concedo a palavra ao Secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, por até 20 minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Muito boa tarde, senhoras e senhores Deputados! Minha saudação especial ao Deputado Bruno Souza, que assinou esta convocação para que estivéssemos aqui em tratativas com os senhores, apresentando o posicionamento e a gestão dos trabalhos à frente da Secretaria da Educação.

Como o Deputado Bruno já mencionou, vou, então, trazer uma apresentação que, eu entendo, ela contempla todos os aspectos que foram apontados na convocação, os cinco tópicos e, evidentemente, na sequência, ficamos à disposição para as dúvidas dos senhores e as nossas interações. Então, já compartilho com os senhores a minha apresentação.

(Apresenta, no telão, *slides* dos textos para a explanação.)

Aí está a convocação assinada pelo Deputado, já foram destacados os cinco tópicos.

Nós destacamos que todos os documentos que se têm disponibilizado ao público e que estão regrando as nossas ações, no âmbito da Educação, estão disponíveis nesse *site* da Secretaria de Educação. Deputado Bruno, depois desta apresentação, fica disponível para a Assembleia Legislativa e para todos que tiverem interesse. Clicando neste *link*, tem o acesso a todas as documentações.

No planejamento das atividades, nós levamos em consideração três aspectos: estudos (inaudível), estratégias e a forma de acesso. Alguns destes *slides*, vou passar muito rapidamente, porque já tratamos em uma audiência anterior. É somente para resgatar que todas as nossas decisões estão sendo tomadas com base em dados e informações bem fundamentadas, nesta gestão, com base em informações, na ferramenta de levantamento de

informações que temos à disposição, Educação na Palma da Mão.

Aí, vemos o número de estudantes com acesso à *internet* e com computador. Esse é o dado dos professores, os que têm acesso à *internet* e os que têm computador, que são informações, evidentemente, relevantes para que planejássemos as atividades. Nós primamos pela manutenção do vínculo entre a escola e os estudantes, isso é fortalecimento do sentimento de pertencimento, que nós consideramos um pilar chave para o sucesso no processo de educação.

Em Santa Catarina, nós priorizamos o protagonismo do professor, aproveito esse tópico para valorizar a todos os nossos professores, os profissionais da rede pública estadual, que estão fazendo um trabalho merecedor do nosso reconhecimento e dos nossos elogios, e que tem colocado Santa Catarina em destaque no cenário nacional. Nós estamos sentindo isso, por palavras de outros colegas em outros Estados. Mas, claro, precisamos respeitar esse tempo de absorção, de aprendizagem da cultura digital na Educação. Nós tivemos que fazer isso muito rapidamente pela necessidade, e um dos nossos pilares é a universalidade do acesso por parte de todos os estudantes, queremos alcançar a totalidade dos estudantes, não deixando nenhum deles para trás.

Este é o cronograma, eu chamei de série digital, vejam que do dia 23 de março até o dia 31 de março, nós fizemos todo o trabalho de mapeamento e criação de todo esse ambiente virtual, a criação dos usuários, a criação das salas de aula, a enturmação dos estudantes. E agora, no dia dez de agosto, tivemos um avanço grande, que é a integração das turmas e das matrículas da nossa rede com o nosso sistema de gestão, que também é um avanço importante para nossa gestão.

Evidentemente, que todo esse trabalho, os professores foram capacitados e preparados para absorverem toda essa tecnologia e, novamente, num prazo muito rápido e muito curto, eles tiveram que fazê-lo. São 31 *webinar*, onde nós destacamos essa

formação continuada, a formação em práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, o que é muito diferente, um professor trabalhar em sala de aula, e um professor trabalhar na forma não presencial.

Nós tivemos, evidentemente, toda a preocupação da formação para a educação inclusiva, porque essa familiarização com tecnologia é um ganho do processo que estamos vivendo, porque levaríamos muito tempo, anos eu diria, para que todos os nossos profissionais, principalmente os professores, se apropriassem dessa tecnologia, e eles o fizeram muito rapidamente. E claro, a nossa plataforma, *Google classroom*, que estamos utilizando, para nos ajudar nesse processo de levar todo o conteúdo aos nossos estudantes.

A retomada das atividades presenciais, temos alguns pilares que norteiam o nosso trabalho: na manutenção do engajamento dos estudantes no processo de educação, primamos pela aprendizagem, pela qualidade na aprendizagem, a manutenção do interesse dos estudantes pelos estudos para que se minimize, ao máximo, o risco de abandono. A promoção dessa inclusão digital dos estudantes que não têm acesso à rede da *internet*. A adequação do processo de implantação da base curricular do novo ensino médio, da base do currículo do ensino médio, mediante todas essas adversidades. Nós iniciamos, esse ano, o novo ensino médio em 120 escolas.

E certamente, nós tivemos que rever, lá no último tópico, o replanejamento das prioridades, na gestão, por conta, exatamente, da situação de pandemia. Nós também tivemos que fazer adequação no processo de implantação do currículo base do ensino fundamental, iniciamos a implantação esse ano, todos os senhores acompanharam, e temos como um dos nossos projetos estratégicos a política de alfabetização em Santa Catarina.

Um detalhe importante, todo esse trabalho, nós já tínhamos mapeado, aqui, mais de 97% dos estudantes participando das atividades, e esses dados foram confirmados por uma pesquisa *Datafolha*, que foi apresentada a nós, Secretários Estaduais da Educação. Tem o *link* para quem quiser

acessar depois, com todo o detalhamento dessa pesquisa, que mostra que Santa Catarina tem um percentual acima da média da região sul, que foi de 96%, e muito acima de vários Estados do Brasil. Essa pesquisa apresenta também percepções de como os pais e alunos estão vendo a Educação, neste momento, e também o protagonismo dos professores.

Temos, então, a segunda etapa desse processo, que é o plano para a retomada das aulas presenciais, como é que nós estamos trabalhando. Primeiramente, queria destacar uma iniciativa nossa, que deu um excelente respaldo, tanto para as nossas decisões, aqui no Estado, como projetaram Santa Catarina no cenário nacional, que foi a constituição desse Comitê Interinstitucional, aí estão as entidades cujos profissionais nos ajudaram e continuam nos ajudando. Começo destacando a participação da Assembleia Legislativa, duas comissões acompanharam os nossos trabalhos: Educação, Cultura e Desporto; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Portanto, estes Deputados estão nos ajudando, e ajudando muito, nesse processo da construção da retomada das aulas presenciais.

Vemos a Secretaria de Educação, da Saúde, da Defesa Civil, Undime, Fecam, Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado, a Federação dos Trabalhadores Municipais, o Sinepe - Sindicato das Escolas Particulares, a Uncme, o Sinte, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, o Instituto Federal de Santa Catarina e o CREA, todas essas entidades trabalhando muito, muito, senhores, para ajudar nesse processo. E, na sexta-feira passada, na última reunião do Comitê, tivemos a apresentação do Plano Estadual de Contingência da Educação. Um projeto, de novo, singular, desconhecemos que exista alguma coisa parecida em outros Estados, e temos a convicção de que, mais uma vez, Santa Catarina servirá de referência.

Então, esse Plano de Contingência que será apresentado a toda sociedade catarinense, num evento que organizamos, no dia nove de setembro,

será um dia importante para a história da Educação no Estado de Santa Catarina. Por que? Nós, para definir esse Plano de Contingência, significa que também estudamos cenário, definimos as estratégias e, claro, focamos no retorno das atividades presenciais. Esse plano sintetiza o conjunto de medidas e ações que nós devemos adotar em cada município, ou em cada região, e chegarmos até a escola, porque é onde a educação acontece, é onde tudo tem que ser direcionado para que tenhamos, lá, as melhores condições de segurança para todos os envolvidos no processo de educação, alunos, professores, profissionais, enfim, todos. Aliás, segurança, senhores, foi uma palavra que norteou todas as falas e o posicionamento de cada um dos representantes das entidades naquele Comitê.

Inicialmente, tínhamos cinco cadernos de diretrizes e, agora, a esse conjunto foram incorporados mais três cadernos, com um trabalho intenso que foi juntado à equipe pela equipe Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Então, além daqueles cinco cadernos anteriores: Diretrizes Sanitárias, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, Questões Pedagógicas, Gestão de Pessoas, nós temos, também, Comunicação e Informação, Diretrizes para Capacitação e Diretrizes Financeiras. Esse conjunto de oito cadernos com as diretrizes serão a base para que nós possamos desenvolver os protocolos. E os protocolos regionais, municipais e das escolas, claro, se espelharão no Plano de Contingência, que também será, agora, elaborado regionalmente ou no âmbito do município para servir de referência a esses protocolos.

Então, o Plano de Contingência Estadual orientará o desenvolvimento dos Planos de Contingências Municipais, e esses planos também nortearão os Planos de Contingência nas escolas. Esses são os protocolos e o plano de ação para quando retomarmos as atividades. Está organizado para realizarmos uma formação em rede, é uma ação de Estado e Municípios, e de todas as redes de ensino, inclusive a rede privada. Nesse documento, estamos orientando a constituição de Comitês

Municipais de Gerenciamento da Pandemia para olhar a realidade local, fazer as adequações e adaptações à realidade local. Evidentemente que os gestores das escolas terão que se apropriar de todo esse conhecimento. Nós também orientamos a criação de uma Comissão Escolar para Gerenciamento da Pandemia naquela unidade escolar e, claro, contamos com a participação de toda aquela comunidade escolar.

Senhores, para essas decisões, nós, novamente, fizemos um amplo diagnóstico junto a nossa rede. Apresento, na sequência, um questionário com 62 questões para conhecermos a realidade de cada uma das escolas. Ninguém conhece melhor a realidade do que a equipe daquela escola, nós precisamos ouvir, estamos ouvindo a manifestação de cada uma delas. Eu trago na sequência. Mas, fizemos o planejamento de um vetor escalonado e gradativo, quando se fala em retorno das atividades presenciais, vamos deixar claro, nem todos os alunos retornarão num primeiro momento. Nós já organizamos essa retomada na rede estadual, vamos começar pelo terceiro ano do ensino médio, eles têm um concurso vestibular pela frente, muitos vão prestar o concurso do Enem. Vamos priorizar a retomada por eles e por aqueles alunos que, agora, estão tendo mais dificuldade em assimilar o conteúdo.

Vamos ter, então, uma parte dos estudantes retornando às atividades, com total segurança, nas escolas, e uma parte continuando com as atividades não presenciais. E, semanalmente, vamos trazendo maior número de estudantes, até que tenhamos o ritmo normal daquelas séries que estarão nas nossas escolas. Estamos, evidentemente, muito preocupados com a questão psicossocial, e aí nós temos uma diretriz para acolhimento e atenção, não somente dos estudantes, mas também dos professores e dos profissionais que estão envolvidos no processo.

Nós já readequamos o calendário escolar para darmos conta da nossa responsabilidade, fizemos as adequações curriculares, e ontem, novamente, senhores, nós anunciamos, de forma pioneira, como

será o processo de avaliação da aprendizagem. Compartilhamos com toda a rede, ontem, tiramos as dúvidas de toda a nossa equipe para que possamos fazer uma avaliação da aprendizagem agora, e possamos identificar aqueles alunos que estão tendo mais facilidade, que estão assimilando bem o conteúdo, e aqueles que vão requerer de nós um pouco mais de atenção.

Em relação às especificidades, temos um processo de aquisição dos equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva, das adequações das rotinas, nós estamos falando da nova realidade da Educação. Vamos ter que reorganizar a alimentação escolar, porque vamos ter que atender os alunos que virão para as escolas e aqueles que continuarão em atividades não presenciais, e também uma clara e necessária adequação do quadro de profissionais, de professores para darmos conta dessa responsabilidade.

Temos a portaria conjunta da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Educação que suspende as aulas presenciais até o dia 12, então sempre se fala na possibilidade do retorno no dia 13. *(Transcrição: Roberto)*

E nós temos tido uma interação muito continuada, ainda hoje, no início da tarde, tivemos uma reunião com o colega Secretário da Saúde para que se continue trocando as informações, no dia a dia, e se tome as decisões, sempre, com base nessas informações. E, claro, sempre respaldados pelo Coes - Centro de Operações de Emergência em Saúde, que o Governo instituiu lá atrás, no início dessa pandemia.

Bom, o plano da retomada e essa capacitação leva em conta, evidentemente, as regiões de saúde, as 16 regiões de saúde.

*(Faz exibição de slide do mapa a que se refere.)*

Esse é um registro de como estava o mapa de risco no dia 25 de agosto, nós devemos receber, agora, nos próximos dias, um mapa atualizado, deveremos receber logo, na terça ou quarta-feira. E vejam, os senhores, das 16 regiões, cinco

apontam um estado gravíssimo, as demais apontam um estado grave, então isso é uma clara evidência de que nós ainda não temos, hoje, as condições favoráveis de saúde e segurança para a retomada, com segurança, às atividades presenciais.

(Continua a exibição de *slides*.)

Quais são os fatores de risco que precisamos observar: o distanciamento social, de certa forma repetir na escola aquilo que já estamos vivendo no dia a dia, a nossa nova realidade; uso frequente de máscara; uso frequente de álcool em gel; medição de temperatura, quando chegarem às escolas, quando os alunos adentrarem nos ônibus de transporte escolar. Temos que monitorar o aumento do risco de transmissão na escola, precisamos reforçar todos esses princípios para que os alunos, não só absorvam isso para o seu dia a dia, mas também levem aos seus familiares, para aqueles com os quais convivem. Comprovadamente, temos os dados, vou trazer as fontes que estão sendo usadas pela equipe da Saúde, as crianças e os jovens podem ser transmissores assintomáticos, significa que podem não apresentar os sintomas, mas levar o vírus para o seu ambiente familiar.

(Apresenta *slides* do Censo da Educação/SC.)

Outro módulo, dentro dessa ferramenta de inteligência de dados, é o Censo da Educação Básica, em Santa Catarina, que foi disponibilizado nesse período. Novamente, senhoras e senhores, único no Brasil. Temos o total de 1.610 milhão estudantes, em todos os níveis, menos no ensino superior, e se juntarmos os profissionais chegaremos a 1.700 milhão catarinenses diretamente envolvidos na Educação. Vejam que pela Educação nós movimentamos essa quantidade de pessoas, no Estado de Santa Catarina, se estendermos isso aos seus familiares, evidentemente, dará um número muito maior de catarinenses envolvidos nesse processo.

Essa ferramenta está disponível no *site* da Secretaria, pode ser consultada, vocês têm filtros: etapas de ensino, faixa etária, dependência, regional, regional da Saúde, qual associação do município no âmbito da Fecam; qual o

sistema de ensino, se é estadual, municipal ou privado; a visualização geográfica no mapa e os níveis de ensino. Vocês podem selecionar a quantidade de estudantes na creche, educação infantil, pré-escola e assim por diante.

(Apresenta *slides* do mapa - Matrículas Extremo Sul)

Esse é um mapa muito interessante, singular no Brasil, até comentamos isso com a nova Secretária de Educação Básica do MEC, que demonstrou interesse em conhecer essa ferramenta de Santa Catarina.

Por exemplo, então, pegamos por regional da Saúde, a Regional Extremo Sul da Saúde, sabemos que lá têm 46.515 estudantes matriculados, nas redes municipal, estadual, federal e privada. Podemos selecionar o número de matrículas, no ensino médio, por exemplo, são 242.876. Então é uma ferramenta poderosíssima que nos traz dados confiáveis para tomada de decisão, que é uma das nossas premissas.

(Apresenta o *slide*: Diagnóstico retorno às aulas.)

Eu falei para os senhores sobre o diagnóstico que fizemos, com 62 perguntas para a nossa rede de escolas. Tivemos 971 respostas, e então temos todo um filtro: anos iniciais, do ensino fundamental, finais, ensino médio, profissionais escolares. E no *link* que aparece aqui embaixo, tem todo o detalhamento dessa pesquisa que está disponível, não apenas aos senhores, mas a toda sociedade catarinense, que é a percepção de quem convive, de quem vive, no dia a dia, na escola, que para nós é muito importante e está sendo levado em conta para tomada de decisão.

(Apresenta o *slide*: Ações para mitigar.)

As ações que precisamos mitigar, ponto de atenção e parcerias que precisamos fazer com outros órgãos.

A aprendizagem interrompida. Precisamos mitigar, manter o interesse do estudante, minimizar, ao máximo, o abandono e a evasão escolar. Reporto-me a uma frase que tenho repetido: todo o investimento que fizermos nesse

sentido será pouco, comparado à perda que o Estado terá se o aluno abandonar a escola e não retornar. Manter o interesse do aluno nos estudos é uma das nossas prioridades.

É uma preocupação nossa a nutrição de nossos estudantes, a quantidade de calorias que precisam ingerir para ter um corpo saudável e, claro, uma boa nutrição tem impacto direto na alimentação.

Confusão e estresse para os professores, que estão fazendo um trabalho, como já falei, digno de elogios, mas também muito desafiador. Todos, como nós, aqui da Secretaria de Educação, estamos trabalhando muito mais nesse período. Quem acompanha o trabalho deles é testemunha nesse sentido. Os pais, que podem não ter a plena capacitação e domínio de todos os conteúdos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Mais 30 segundos para concluir a fala, por favor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Então, aí têm todos os nossos pontos a mitigar, pontos de atenção. E aí as referências, que é uma das perguntas.

(Faz a exibição de *slide*.)

Para finalizar, mostramos as nossas fontes de estudo, esse do Unibanco, um jornal italiano de Pediatria. Essas são as fontes, Deputado, que o pessoal da Saúde está usando. Aqui, como foi um estudo lá na Coréia. Essa publicação do *Elsevier* - Empresa Global de Informações Analíticas para o Progresso da Assistência à Saúde e da Ciência, é uma das seis empresas que dominam a publicação científica. E aí tenho o *News*, de ontem, o *New York Times* mostrando que a curva de ..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Foi encerrado o tempo do Secretário.

Gostaria de fazer um registro da minha grande incomodação, primeiramente, antes das minhas questões, da forma como foi tratada essa questão durante todo esse tempo de escuridão. Ao que parece, a falta de capacidade e de comunicação, infelizmente, tem sido uma tônica deste Governo, e a Secretaria da Educação, na minha humilde opinião, não foi uma exceção.

A Secretaria foi incapaz de passar os seus pensamentos, suas intenções e o seu planejamento para a sociedade. Foi incapaz de tranquilizar pais, professores e famílias, que estão, há 170 dias, sem entender muito bem se retornam, se não retornam, o que acontece. E foi incapaz de dialogar com todo um setor privado, que tem que ser respeitado, sim, que conta com cerca de 40 mil trabalhadores que não sabem o que vai acontecer, se vai abrir, se não vai abrir.

Então, essa grande incapacidade da Secretaria de se comunicar me deixou muito incomodado, não somente eu, mas tenho certeza, diversos colegas e, principalmente, aqueles que são afetados diretamente por isso, que são os profissionais da área, pais e os alunos das escolas, tanto públicas, quanto privadas. Quanto a isso, eu lamento por esse erro da Secretaria. Também, sinceramente, ouvindo a explanação do Secretário, não consegui entender quando voltamos. Quando volta? Alguém entendeu o que acontece? Qual é o plano? Eu realmente não entendi o plano, vi um diagnóstico de como é a Educação no Estado, mas não vi plano nenhum. Eu pelo menos, não entendi, se houve alguma explanação, foi muito raso, e o senhor foi trazido aqui, justamente, para nos explicar: quando voltamos, quais são as etapas, quem vai voltar primeiro, quais as séries, quem serão os primeiros chamados, qual é a previsão?

Isso me faz pensar, espero que o Secretário me tire essa dúvida, que, lá no fundo, a Secretaria não tem plano nenhum. Eu gostaria muito de estar errado, agora, gostaria que a Secretaria tivesse realmente algum plano, mas não me pareceu haver, na fala do Secretário. Ele também foi chamado pelo segundo motivo: para explicar qual o embasamento científico que inviabiliza a reabertura das escolas. O senhor usou apenas os 20 segundos finais para falar sobre esse embasamento, e o que me parece, muito temerário, já que nós fechamos todo um setor essencial da sociedade por 170 dias, e na sua explanação isso só mereceu os 20 segundos finais. Realmente isso me incomodou bastante na sua fala.

Vou, aqui, deixar as minhas perguntas ao Secretário, já lhe devolvo a palavra, e o senhor terá mais cinco minutos para respondê-las. Depois disso, também, aos Deputados inscritos para que possam elaborar suas perguntas.

Secretário, por que a Secretaria de Educação está condicionando o retorno da rede privada à rede pública, já que são realidades distintas, a escola privada é uma opção. Portanto, respeitando os protocolos, por que as escolas privadas não podem abrir, se os pais assim desejarem e se as escolas assim desejarem. Por que não dar essa liberdade às escolas e aos pais que quiserem?

Como segunda pergunta: diante das evidências demonstradas por especialistas e médicos, juntamente, vou repetir, aliás, essa pergunta, porque não foi respondida, eu gostaria de entender, especificamente, que o Secretário respondesse para nós. Diante de todas as evidências demonstradas por especialistas, nós temos exemplos práticos disso, o Uruguai reabriu após 93 dias; a Alemanha, 68; Portugal, 67; gostaria de entender qual foi o critério da Secretaria, realmente, qual foi o estudo, nos aponte onde está o estudo? Esse foi o estudo que nos embasou, que nos deu segurança que devemos fechar; e também, por qual motivo descartaram todos aqueles que mostram que as crianças participam muito pouco, tem uma participação muito pequena na cadeia de contágio do coronavírus. Na verdade, as crianças contribuem mais para a gripe, por *Influenza*, do que por coronavírus.

Por último, gostaria de saber o que irá acontecer no próximo ano: essas crianças vão fazer de novo este ano que passou e não foi dado, ou serão aprovadas para a próxima série, me refiro tanto ao ensino privado, quanto ao público. Serão aprovadas e, então, irão com esse ensino que não foi o mesmo, obviamente, mas elas seguirão para a próxima série com essas lacunas? Qual o plano da Secretaria em relação a isso? Eu espero que os senhores tenham um plano para isso, pelo menos.

Sr. Secretário, o senhor tem cinco minutos para sua resposta.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pela ordem, Deputado Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Posso passar à resposta do Secretário anteriormente?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - É que faz parte da resposta do Secretário. A título de sugestão, mas inicialmente agradecer e cumprimentar o Secretário Natalino por sua participação. Como não estamos, aqui, em uma sessão ordinária, onde não há, de certa forma, um regramento acerca do tempo, eu gostaria de sugerir ao Deputado Bruno que desse o tempo necessário ao Secretário Natalino, não somente cinco minutos, porque eu, particularmente, não conseguiria responder a todos os questionamentos que foram elencados em cinco minutos.

Então, gostaria que o senhor tivesse a razoabilidade que, com certeza, o senhor tem, na questão do bom senso, para que o Secretário pudesse, além de suas dúvidas, também outras dúvidas que, porventura, possam ter, e o tempo necessário para que ele possa, efetivamente responder. Porque não é só a nós, que estamos aqui, participando dessa reunião virtual, mas a todos os catarinenses também, que estão nos assistindo. E tenho certeza de que o Secretário Natalino não irá se furtar, e nem se omitir, no tempo que lhe for necessário para a apresentação das suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Deputado, iremos repassar os cinco minutos ao Secretário Natalino, depois outros Deputados têm questões, também e, ao final, retornamos ao Secretário se ele tiver mais algum esclarecimento final, até porque não podemos prolongar essa audiência indefinitivamente. Mas podemos, sim, no final, retomar a palavra do Secretário, caso queira fazer um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Agradeço por sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra ao Secretário, por favor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Bem, vou começar pelo ponto que o Deputado Bruno traz, da sua incomodação com a falta de informação, o que me surpreende, porque todas as nossas ações têm sido amplamente divulgadas, as reuniões do Comitê têm tido um apelo e uma abertura muito grande. Todas as informações do processo, a evolução do dia a dia da Educação tem sido amplamente divulgada, não apenas pela Secretaria Estadual da Educação, mas por todas as instituições que estão trabalhando conosco, no âmbito do Comitê Interinstitucional que eu citei. Eu lamento, sinceramente não entendo como o Deputado Bruno diz não ter acesso à informação, já que ela tem sido amplamente divulgada. Certo?

No segundo ponto: o senhor diz que não tem clareza de quando volta. Deixei muito claro, tem clareza de quando volta. As aulas presenciais estão suspensas até dia 12 de outubro, portanto, nós, hoje, trabalhamos com a possibilidade da retomada no dia 13 de outubro. Por que falamos na possibilidade? É porque ainda estamos longe para saber como estarão as condições de saúde para a nossa tomada de decisão. Continuamos baseando a nossa decisão, primando pela segurança de todos os envolvidos no processo de Educação. A escola é um ambiente de aglomeração, portanto, precisamos cuidar muito da saúde de todos os envolvidos.

Então, Deputado Bruno, a possibilidade da volta das aulas é no dia 13 de outubro, mas dependemos das condições de saúde. E só teremos esse posicionamento mais próximo, lá pelo dia 20 de setembro, é o que combinamos na reunião de hoje à tarde, novamente.

Quanto ao embasamento científico, todo o trabalho da equipe da Secretaria da Saúde, eu trouxe algumas referências, apesar de ter passado rapidamente, por conta do tempo, mas todas as decisões estão sendo tomadas com base nos estudos, e aí o senhor aponta alguns, que é um lado do processo, mas têm tantos outros que também apontam. E eu citei alguns, é o próprio caso dos Estados Unidos, saiu uma matéria no *New York*

*Times*, ontem, dizendo que o número de crianças infectadas foi, assim, astronômico, e eles já estão pensando na hipótese de voltar a fechar as escolas. Temos o caso da Coréia, o caso de Israel, que foi drástico.

Nós precisamos cuidar, Deputado Bruno, para que esse movimento, das aulas não presenciais para as aulas presenciais, seja o mais suave possível. *(Transcrição: Taquígrafa Sílvia)*

Para não comprometermos o processo da Educação, e pela Educação nós não piorarmos as condições de saúde no Estado de Santa Catarina. Seria drástico se nós retomássemos as aulas e, duas semanas depois, houvesse uma explosão do número de pessoas contaminadas pelo vírus, e tivéssemos que retornar a fechar as escolas. Está certo? Então, esses critérios estão claramente definidos, continuamos trabalhando, entendendo que o Estado está tomando as decisões certas até aqui, primando pela saúde e segurança de todos os envolvidos no processo.

O senhor pergunta por que a rede privada não tem um tratamento diferente. É porque nós estamos, aqui, primando pela equidade, entendendo que a rede privada faz, sim, um trabalho de excelência, e que está dando conta, também, da sua reponsabilidade. Mas o Governo do Estado definiu que a Educação seria, e está sendo tratada como um movimento só, e é por isso que as decisões continuam sendo tomadas dessa forma. É um critério que seguimos e, claro, vai agradar alguns, e não vai agradar a outros, como toda decisão que se toma.

Em relação ao ano seguinte, como eu falei, estamos fazendo um processo de avaliação da aprendizagem, vamos priorizar, presencialmente, os alunos que tiverem nota menos de seis, e já estamos trabalhando na conciliação do conteúdo letivo, deste ano, para o ano que vem. Finalizo, destacando mais uma informação que está ganhando repercussão, e vai ganhar repercussão nacional: nós oferecemos quatro anos de reforço para alguns níveis: os que estão no terceiro ano, deste ano; os que estão no nono ano, porque eles mudam para o

primeiro ano do ensino médio; os que estão no quinto ano, que saem da unidocência e vão para a pluridocência; e os que estão no segundo aninho, concluindo o processo de alfabetização e que também precisam de reforço ano que vem. Nós vamos oferecer isso, nas nossas escolas, não obrigatório, para aqueles alunos que quiserem, e os nossos professores vão apontar para nós aqueles alunos que precisarão de mais atenção nesse sentido. É assim que estamos trabalhando, primando pela qualidade no processo de aprendizagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, vou fazer uma autoquestão de ordem aqui: informar não é dialogar. O senhor falou que está informando, mas isso não é dialogar.

Pergunto se, do PSL, temos algum Deputado para fazer sua manifestação? Com a palavra o Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Boa tarde, Secretário! É um prazer conversar com o senhor. Vou fazer alguns questionamentos, sob o ponto de vista do que pude observar no decorrer do debate, até então.

Primeiramente, o senhor apresentou um planejamento bem cauteloso, eu não vejo isso com maus olhos, porém, no meu ponto de vista, bastante cauteloso, demais. Sendo que estamos parados desde março, e o senhor, no seu planejamento, falou que agora é que vai começar a se ver os protocolos que serão adotados, e isso, a meu ver, já é bem tardio.

Fico tentando imaginar que tipos de protocolos serão tomados, diferente daquele que já vem sendo tomado: o distanciamento, álcool, máscara. Que tipo de protocolo pode ser tomado, de diferente daquele que já vem sendo tomado, tradicionalmente, que está demorando tanto para se tomar uma medida de protocolo a ser adotada pelas escolas. Ainda, falando sobre máscara, eu sou dentista, sempre usei máscara, e nas que eu usava, as descartáveis, dizia que se eu a usasse por mais de 40 minutos, era até pior do que não usá-las.

Como é feito esse controle das máscaras? Será que todo mundo está usando a máscara de acordo com

o que deve ser ideal? Na questão do uso da máscara? Não tem como o Estado, inclusive, controlar. Será que não estou usando essa máscara, já há duas semanas, sem lavar? Como vão controlar isso? Está um pouco contraditório, um controle que, às vezes, se sabe que, por mais que seja feito, é mais por uma questão de consciência, mesmo, do que de efetividade.

Falando sobre as creches que fecharam, as crianças, o Governo acha que as crianças, simplesmente foram lá, apertaram um botãozinho nas crianças e desligaram? Que os pais não estão passando dificuldades, ou que eles não arrumaram uma segunda forma de deixar as crianças. Certa vez, fui na casa de um amigo, e a vizinha estava com oito crianças, na casa dela, fazendo uma creche caseira, com certeza sem protocolo nenhum. Até onde está sendo efetiva essa paralisação, com creches que fecharam?

E falar em equidade, quando se trata de escola pública e escola privada, também não cabe, uma vez que as escolas públicas podem ficar esperando, não vão fechar as portas, e os professores vão continuar recebendo. Ao contrário daqueles que trabalham no setor privado. Então, falar em equidade, quando comparar privado e público, fica um pouco, vamos dizer assim, de forma covarde. Assim, com todo o respeito, de fazer essa comparação, uma vez que já tem escolas privadas decretando falência.

É preciso liberdade, um olhar diferente, nesse sentido, para as escolas privadas. Penso que seria de bom grado, uma vez que qual seria a diferença do protocolo ser adotado a partir de amanhã, ou ser adotado daqui a um mês. Não vejo diferença nenhuma.

Muito obrigado, Secretário! Muito obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Pergunto se tem algum Deputado deseja se manifestar pelo PDT.

(Pausa)

Temos inscrita a Deputada Luciane Carminatti, pelo PT, a quem concedo a palavra por até três minutos para a pergunta.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o Secretário, da mesma forma cumprimentar os colegas Deputados e Deputadas, não vou fazer questionamentos, com relação aos documentos, pois tenho acesso a todos eles, são públicos, li todos, eu sugeri várias coisas.

Temos três protocolos, aliás, três iniciativas, que são as diretrizes para o retorno às aulas seguro. Nós temos o Plano de Contingência, que foi lançado na última sexta-feira, e agora os protocolos por escola para, justamente, atender aquela escola do campo, aquela escola menor, aquela escola infantil privada, aquela escola maior, aquela escola que tem mais espaço físico, a que tem menos. Ou seja, os protocolos dão conta da realidade de cada escola.

Eu quero dizer que, da mesma forma como é difícil discutir a volta às aulas, também foi difícil prever quando nós fechávamos, e isso não está sob a responsabilidade de ninguém, absolutamente, porque o que estou vendo, em nível nacional, é esta realidade que Santa Catarina está enfrentando. Veja bem: Ceará, previsão de volta às aulas, hoje; Rio Grande do Sul, primeira quinzena de setembro, de forma gradual; Rio de Janeiro, 14 de setembro, com 1/3 dos alunos; Santa Catarina, 13 de outubro, gradual; Mato Grosso, dez de setembro; Distrito Federal, 21 de setembro.

Em julho, nove Estados planejaram retomar, mas todos adiaram a volta às aulas. Por quê? Porque, quero falar aqui como mãe, tenho um filho de sete anos de idade, quem faz experiência com vida humana é nazista. Nazista fez experiência. Eu não admito fazer experiência com vida humana! Saúde é coisa séria! Conteúdo se recupera, vida humana só tem uma. Só tem uma!

Então, é sério o que está sendo discutido, nós integramos esses grupos de trabalho, nós temos aqui, nesse grupo das diretrizes, a Fecam; temos o Sinepe, que é a escola particular; Ministério Público, Tribunal de Contas, os sindicatos, a rede

federal de ensino, a Defesa Civil, a Fundação Catarinense. Quero dizer que é com muita seriedade que temos que tratar isso

Tem problema a rede privada? Tem, sim, eu reconheço, por isso, inclusive, já falei, várias vezes, na tribuna da Assembleia, já fizemos reuniões com o Secretário da Fazenda, reunindo as escolas privadas de Santa Catarina e a Associação Nacional. O nosso debate para ajudar as escolas privadas é crédito, é isso que precisamos colocar, crédito subsidiado, como estamos colocando para vários setores. Por isso, inclusive, em nível federal, foi aprovado o Orçamento de Guerra.

Então, quero dizer, Secretário Natalino, é muito importante, é fundamental que se cuide da vida de nossos estudantes, da vida! Para um pai e uma mãe não há nada de mais precioso. Da mesma forma, eu tenho uma preocupação, sim, por isso, no ensino privado tem que ter crédito, é assim que se tratam as coisas com seriedade.

E pós-pandemia, Secretário, tecnologia na escola, capacitação para os professores com o ensino digital e todas as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Vou passar a palavra ao Secretário, mas antes, apenas para esclarecer uma fala da Deputada, tenho certeza que ela não quis dizer que todos os pais que querem o retorno às aulas, centenas de pais que estão fazendo um abaixo-assinado, milhares de pais, querem fazer experiência com seus filhos. Tenho certeza de que não foi essa a intenção da Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Certamente.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Exatamente isso, estou dizendo que eles também têm legitimidade de fazer, sim, a sua discussão, mas para isso o Estado tem que entrar de outra forma. Agora com vida, nenhum pai, rede privada ou pública, acho que não existe essa divisão, os pais querem os filhos com saúde. Todos! Todos querem os

filhos com saúde. Vamos parar de separar público de privado, a vida acima de tudo!

Agora, precisamos entrar como Estado, sim, para ajudar essas instituições que estão tendo problema, diferente da pública, neste caso, a privada tem problemas, e precisamos socorrer as instituições de ensino privado.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Pela ordem, sr. Presidente, somente para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Concede a palavra ao sr. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Eu acho que o próprio debate, às vezes, foge um pouco do tema, porque a questão da volta às aulas não é a questão das crianças serem infectadas e morrerem, porque é só procurar rapidamente na *internet*, se vê que crianças de zero a dez anos de idade têm 0% de chance de vir a óbito por causa do Covid. E crianças de dez, adolescentes, enfim, é de 0,02%.

O problema não é esse, o problema é a contaminação, que eles dali proliferaram. Enfim, esse seria o debate mais sensato, e não a questão das crianças ou adolescentes morrerem por causa do Covid, porque não é essa a realidade, inclusive, isso não acontece. Temos que falar sobre a questão de que a escola possa ser uma disseminadora, aí sim, é uma questão mais inteligente a ser tratada, sendo que as pesquisas mostram que crianças não morrem de Covid.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Eu também deixo registrado, aqui, que não aceito nenhum tipo de inferência em relação aos pais que querem decidir, e se pudessem, hoje, mandariam seus filhos para a escola, de que amam menos os seus filhos, não é nada disso. Esses pais têm o direito e a liberdade de acreditarem que é perigoso, ou que não é perigoso, isso é algo de núcleo familiar, é um debate familiar. Isso não tem nada a ver com amar mais ou amar menos os seus filhos.

Eu digo isso, e faço essa ressalva porque vi em alguns lugares, em alguns colégios aconteceu que os pais que estavam fazendo um abaixo-assinado para abrir os colégios, foram chamados de pais que

não amam os seus filhos. Isso é uma forma rasa, e até covarde, de fazer o debate. Não é esse o caminho.

Concedo a palavra ao Deputado Kennedy Nunes para que faça a sua pergunta, e passo ao Secretário. Juntei três perguntas aqui, e tem 10 minutos para o Secretário fazer as suas explanações. Acredito que tem mais o Deputado Marcius Machado e a Deputada Ada De Luca, que está nos assistindo, e se tem alguma pergunta que queira nos enviar.

Eu retomo para os dois Deputados e aí retomo para o Secretário para que faça o encerramento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estava percebendo e também tenho a mesma posição, Deputado Bruno. Nós precisamos separar bem, aqui, o que é escola pública e o que é escola privada, até porque a escola pública não é tida como empresa, e a escola privada é empresa, tem CNPJ, têm suas obrigações tributárias e de CLT e, assim, sucessivamente.

Nós estamos com muitos pais, Secretário, muitos pais e muitos donos de creches, falo principalmente de zero a três anos, que estão apavorados. Eles colocam: "Pergunta ao Secretário como fazemos para que os nossos impostos e salários, e o 13º dos funcionários que não pudemos demitir, sejam pagos?"

Eu queria ver, eu sei que a Deputada Luciane Carminatti já falou, também, eu tenho uma posição muito clara, eu vejo ali, que, pelo menos, está havendo uma evolução na conversa com relação ao protocolo e às voltas, mas eu queria saber do Secretário, especificamente, dessa questão financeira. Se a Secretaria da Educação, por algum momento, conversou com o Governador, com o Secretário Paulo Eli, com alguém do Governo acima do senhor, Secretário, sobre essa questão de ajuda financeira, porque agora os proprietários estão tendo essa dificuldade.

E, também, queria perguntar se, por acaso, a Secretaria da Educação está fazendo algum tipo de fiscalização nas creches clandestinas? Porque o que acontece, nós já denunciemos aqui, os pais

para se resolverem, acabam colocando os filhos... Os filhos ficaram, na primeira semana, na segunda semana, e na terceira semana com os avós. Agora, já estão 170 dias. Não é assim para ficar uma hora para outra.

Mas, especificamente, para as particulares, o que a Secretaria está conversando com o Governador para a abertura de crédito, dinheiro para esses não fecharem as portas. Até porque sabemos que, além de 40 mil empregos, nós temos, somente, Deputado Bruno, da educação particular, como um todo, uma economia de mais de R\$10 bilhões, por ano, que o Governo não gasta porque as escolas estão tendo esse tratamento diferenciado.

E a minha terceira pergunta, a primeira é sobre financiamento, a segunda sobre fiscalização, e a terceira é a seguinte: como o Governo está se preparando para absorver, porque hoje tem muitos pais que estão migrando da escola particular para a pública, as aulas por serem *online* estão recebendo de forma natural, porque não têm preenchimento. *[Transcrição: Gabriel]*

Mas, quero saber qual é o tipo de preparo que a Secretaria de Educação está fazendo para, a partir do momento do retorno presencial, abarcar todos esses alunos que estão saindo da escola particular e indo para a pública. Vai ter cadeira para todo mundo, Secretário? Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno de Souza) - Passo a palavra, agora, para o Secretário Natalino.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Começo, então, pelas considerações do Deputado Jessé Lopes, o senhor fala na cautela, e realmente, nós temos sido muito cautelosos, sim, eu já agradeço a manifestação da Deputada Luciane, que destacou a nossa preocupação com a saúde de todos os envolvidos no processo.

A fala do Deputado me levou a pensar que possa se passar uma impressão de que estamos parados esse tempo todo, se vocês relembrem, quando constituímos esse comitê, a equipe da Secretaria começou a trabalhar no mesmo dia em que as aulas

foram suspensas. Depois, nós agregamos, então, essas entidades que vêm trabalhando intensamente, desde que nós instituímos esse comitê e, olha, esse pessoal tem trabalhado e trabalhado muito para chegar a este conjunto de materiais que nós disponibilizamos e a Deputada Luciane Carminatti já destacou.

Em relação, ainda, a comunicação, quando nós divulgamos todas as nossas ações, Deputado Bruno, nós entendemos que estamos nos comunicando, sim, e nós não estamos nos furtando a responder todos os apontamentos dos senhores. Todos os questionamentos que temos recebido do senhor e de seus colegas Deputados, temos respondido, e estamos aqui sempre atendendo a demanda de todos os senhores. Todos os Deputados que procuram a Secretaria da Educação têm tido as respostas, sim, e nós temos nos comunicado. Então eu deixo o registro, aqui, que não entendo como o senhor possa dizer que não estamos comunicando tudo que se estamos fazendo.

Em relação, ainda, Deputado Jessé, às máscaras, às orientações dos profissionais que participam conosco do comitê, da Secretaria da Saúde, da Defesa Civil, eles, claro, trouxeram essa preocupação e as orientações quanto ao uso de máscaras. Tudo isso está contido nos Cadernos das Diretrizes que serão, agora, a base para orientação dos protocolos.

Em relação aos pais que encaminham seus filhos para essas atividades, uma vez que eles precisam deixar os filhos em algum lugar, bom, aí é uma responsabilidade que precisa ser cobrada deles. Se eles optam por colocar seus filhos, talvez, em uma condição de risco, é uma responsabilidade que precisa ser cobrada deles e não do Estado. O Estado está defendendo que não há condições favoráveis de saúde para a retomada das aulas presenciais. Aí o senhor me perdoe, o senhor usa uma palavra que eu acho muito pesada, e eu não usaria, o senhor fala numa atitude covarde. *Data venia*, aqui, e eu peço, com todo respeito, que não usemos uma palavra dessas porque ela chega a pesar na alma.

Respondendo as suas perguntas, Deputado Kennedy, em relação à preocupação do Estado com o possível apoio aos proprietários da rede privada e, principalmente, das creches, eu sei que é um estudo que está sendo feito pela Secretaria da Fazenda. Eu tenho tratado, sim, com o Secretário Paulo Eli, com a Secretária-Adjunta, Michele, eu não recebi nenhuma informação atualizada a respeito, mas sei que aquela pasta está estudando isso, mas não tenho aqui nenhuma informação para trazer aos senhores.

Novamente, a responsabilidade da Secretaria da Educação é cuidar da Educação, e esse assunto precisa ser trabalhado na Secretaria da Fazenda, embora as demandas que cheguem até nós, nesse sentido, e chegaram, nós evidentemente repassamos ao Colega daquela Pasta.

Em relação à fiscalização, Deputado Kennedy, nós entendemos que não é papel da Secretaria da Educação, esta Secretaria tem que cuidar da Educação, nós temos órgãos responsáveis para fazer a fiscalização. E, então, todas essas ações que o senhor e a sociedade em geral está comprovando que estão acontecendo, e que precisam da atuação dos órgãos de fiscalização, elas precisam ser denunciadas e os órgãos de fiscalização, certamente, que irão atuar. Não é papel da Secretaria, no meu entendimento. Perdoe-me os senhores, não é papel da Secretaria da Educação fiscalizar essas atividades, eu vou colocar entre aspas, "clandestinas", como tem sido falado.

E por fim, Deputado Kennedy, a preocupação que já foi nos trazida sobre essa demanda excessiva por matrículas, na rede estadual, de estudantes advindos da rede privada. Deputado Kennedy, nós até agora, o Ministério Público já nos alertou, também, sobre isso, o Tribunal de Contas já nos alertou sobre isso, mas nós, no Estado, ainda não percebemos essa demanda excessiva. Por que que eu lhe digo isso? Porque quando nós divulgamos a nossa Portaria n° 924, lá no mês de abril, nós já deixamos claro que a rede estadual não estaria fechada para matrículas. A nossa rede foi capacitada, foi orientada para receber as

matrículas e elas estão acontecendo de forma virtual. Os alunos estão sendo enturmados com a condição de que, quando nós retomarmos as aulas presenciais, os pais ou os próprios estudantes levem os documentos físicos para materializar a documentação dos mesmos nas escolas. Então, esse processo está aberto, nós até agora não percebemos essa demanda ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Acredito que travou o vídeo do Secretário, vamos tentar restabelecer o contato. Penso que o nosso setor técnico já está entrando em contato, eu imagino.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A câmera do Deputado Kennedy também travou.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu penso que a *internet* lá do Secretário que travou. Eu acho que teria que desligar e ligar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, acredito que já estamos providenciando. Ele saiu e está retornando.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Já aconteceu outras vezes, Bruno, fica tranquilo, já passei por isso. Os professores passam por isso todos os dias, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - É a *internet* estatal, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Não é estatal, não! A da Assembleia que não é estatal, hein! Já tivemos problemas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Além de não ser estatal, Deputado Bruno, aproveitando enquanto consertam, eu fico louco, porque a tal da Agência Nacional de Comunicação diz que é obrigatório a empresa contratada te oferecer no mínimo 10% da rede contratada, isso é um absurdo! Você compra 1Gb e ela tem obrigação de te dar 1Mb.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Isso, compra 100 Mb e vem 10Mb.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aí, se você vai lá reclamar e tem abaixo de 10%, você tem direito, se esta acima de 10%, não tem o direito de reclamar. Isso é um negócio absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Estamos aguardando o Secretário ainda. Para todos que estão nos acompanhando, eu peço um pouco de atenção e de paciência porque estamos restabelecendo esse contato. E, na sequência, já vamos retomar o nosso debate para que ele faça o final de sua fala, e eu possa passar os questionamentos para o Deputado Marcius e à Deputada Ada de Luca, que também são grandes interessados no tema da Educação, debatem sempre e, com certeza, vão contribuir com suas questões para esta audiência.

Vamos, então, fazer um breve intervalo de três minutos para que retornemos, já, com a transmissão para todos que estão nos acompanhando. Eu sei que o assunto é de interesse de muitas pessoas pelo Estado. Nós iremos fazer esse intervalo para que possamos retomar com o Secretário da Educação.

(Pausa)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Senhores! Deputado Bruno!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Secretário, estamos em um pequeno intervalo por conta da TV, aqui, para nos reestabelecemos. Já chamamos o senhor, pode ser?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Retomamos, agora, com a audiência, a sessão especial, e eu retomo a fala do Secretário no tempo em que ele havia parado. Secretário, a palavra está com o senhor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Muito obrigado, Deputado Bruno, eu estava falando sobre as matrículas, que foi a pergunta do Deputado Kennedy Nunes, e como eu falei, nós, claro, que já estamos atentos a esse ponto. Eu vou citar um exemplo: os senhores acompanharam o processo que nós contratamos, da montagem de uma escola modular, no norte da ilha, é uma região que tem tido uma demanda crescente. Nós, Deputado Kennedy, tínhamos pensado em abrir aquela unidade, são 10 salas de aula, 300 alunos cada turma, nós tínhamos pensado em abrir em dois

períodos, e já definimos que vamos abrir três períodos. Isso nos dá esse fôlego para que possamos dar conta da demanda. E eu estava dizendo do nosso regime de colaboração. A Deputada Luciane tem acompanhado, eu penso que Santa Catarina tem sido referência, também, nessas tratativas de alinhamento entre Estado e Municípios.

Até hoje, Deputado Kennedy, especificamente, aqui, no município de Florianópolis, nós temos tido muitas tratativas com a Secretaria Municipal de Educação para darmos conta da demanda por matrículas. No início do ano, zeramos as demandas de matrículas e, quando chega no meio do ano, principalmente na região norte da ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, nós temos novamente uma quantidade de alunos esperando por vaga, pela migração de várias famílias que vêm para cá. Mas, até agora, sempre temos conseguido, inclusive, o Ministério Público tem interagido conosco, temos conseguido dar conta dessa responsabilidade.

O acesso à educação é direito do estudante e nós, Estado e Município, temos a responsabilidade de garantir essa vaga. Agora, é importante destacar, nem sempre o Estado vai ter a vaga naquela escola próxima de onde a família mora. Está certo? Essa é uma regra importante, a prioridade é essa, só que, se nós não tivermos vaga naquela série, naquela escola, nós haveremos de procurar a vaga numa escola mais próxima. Então, a mais de três quilômetros de distância, a gente confere o transporte escolar, que também é um direito do estudante.

Então, Deputado Kennedy, eu espero ter respondido todas as suas perguntas, os seus apontamentos. Eu agradeço, especialmente, à manifestação da Deputada Luciane, realmente, temos a mesma sensação. O Deputado Jessé fala que as crianças são menos susceptíveis a danos maiores pela contaminação, mas elas são portadoras, elas levam para seus pais, para os seus avós, para aqueles com os quais elas convivem. Aí, sim, nós podemos ter um agravamento no sistema de saúde, e essa é a premissa do Estado, a decisão tomada com

base nas informações da Secretaria da Saúde. Essa ferramenta de gestão dos dados da Saúde, essa ferramenta de Inteligência que foi disponibilizada a todos os Municípios, para que os Prefeitos façam uso, e juntos vamos tomando as melhores decisões, primando pela (inaudível) de todos os envolvidos no processo.

Finalizo por aqui essa parte, Deputado Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Secretário, há estudos que demonstram o oposto do que o senhor fala, que as crianças contribuem muito pouco para a cadeia de transmissão, por isso que eu defendo que a regra deveria ser a liberdade.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Marcius e, na sequência, para a Deputada Ada de Luca.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Boa tarde a todos! Cumprimento o Deputado Bruno, parabenizando pela iniciativa; a Deputada Carminatti, e assim estendo aos demais Colegas. Ao Secretário Natalino, pela sempre prontidão, e quando nós mandamos mensagens, sempre está respondendo. Secretário de Estado tem muita coisa, mas sempre dá uma atenção especial para os Deputados, e isso é muito importante, Secretário.

O que eu gostaria de perguntar ao Secretário é, por exemplo, nos colégios do Estado que tem estágio, que tem aulas de laboratório, também está previsto esse retorno gradual a partir do dia 13 de outubro? E uma vez que, como é que fica essa questão para esses alunos? Claro, nós sabemos que tudo depende do vírus, o vírus não é inventado por ninguém, só pelo cidadão que comeu o tal de pangolim. Eu nunca vi um negócio desses, foi lá comer um animal contaminado com o vírus do morcego, e aí fez tudo isso. Está na literatura, não invento nada, só estudo o que está na literatura.

Pois bem, então esse é o questionamento, o estágio e aulas de laboratório. Segunda pergunta: os colégios receberam álcool e máscaras, eles vão receber mais algum equipamento, por exemplo, para fazer o aferimento de temperatura? É interessante

isso. O que eu gostaria também de deixar, Secretário, orientar, eu vi um vídeo, que quando é feito a aferição da temperatura aqui na parte da testa, ela atua na glândula pineal. Isso é interessante também levantar, por isso que, por exemplo, eu peço que seja aferida no pulso, porque é a mesma coisa. A glândula pineal tem um efeito muito forte no corpo, então isso pode trazer um prejuízo, também, cognitivo, e de outros setores.  
[Transcrição: Guilherme]

Por isso, gostaria de deixar o alerta, mas o senhor, como Secretário da Educação, precisa levar essa questão pedagógica também.

E o meu questionamento, a terceira pergunta é em relação às vans que ganham a vida com o transporte, e nós sabemos, o Deputado Kennedy Nunes trabalhou na questão dos colégios particulares, tudo certo, ele já fez o questionamento, e eu gostaria de saber das vans. Eu solicitei, já, com uma indicação, que o Governo abrisse uma linha de crédito, há possibilidade, uma vez que a van tem uma função pública, ela presta um serviço público de transporte escolar, tem alguma linha, alguma coisa que possamos contribuir. Sabedor que a pasta específica é da Educação, mas também está correlata toda essa rede que faz parte da escola, de levar e trazer o aluno. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Passo a palavra à Deputada Ada De Luca para que faça seu questionamento também. Três minutos para a Deputada.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Deputado, acho que a fala que eu ia fazer, o Deputado Kennedy já, mais ou menos, fez. E a Deputada Luciane também.

Secretário, eu quero ser bem sincera com o senhor, como mulher, como mãe e como avó. Eu sou contra a volta das aulas. Até porque o senhor sabe tão bem quanto eu, mesmo que a criança não venha a ser portadora, ela é transmissora, e aí ela passa para a avó, ela passa para o avô, passa para a própria mãe e para o próprio pai, entende? E nós temos que achar uma saída, eu penso que a saída que a Deputada Luciane falou é muito correta. E

outra coisa, é ter um planejamento para a pós-pandemia. Tem que ter, pois na minha ótica nós tivemos muitos problemas, como já falei várias vezes, por falta de planejamento. Agir só em cima da hora, do momento, não é assim, nem no Governo, nem em lugar nenhum, em Secretaria nenhuma, e tampouco até na casa da gente. Se nós não tivermos planejamento, nada funciona, entende? Então, era só isso que eu queria dizer; obrigada Deputado Bruno.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pela ordem, Deputado Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Sim, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu só quero fazer uma sugestão, Secretário Natalino, diante dessa preocupação das vans, que o Deputado Marcius falou. Aqui em Chapecó, e falo aqui, porque eu estou em Chapecó; o Prefeito municipal enviou para a Câmara Municipal de Vereadores um projeto de lei autorizando o adiantamento de 40% do pagamento, no transporte escolar, para os donos de vans, para descontar isso no ano que vem. Então, eu estou apenas trazendo aqui uma informação, porque eu penso que precisamos somar forças para buscar saídas, para salvar todas essas cadeias produtivas que estão sofrendo muito, e nós precisamos contribuir. Só queria trazer essa informação aqui, como sugestão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Bom, como foi pedida questão de ordem, eu também vou aproveitar, e já que não temos mais questionadores, e é a última resposta do Secretário, eu também vou quebrar o protocolo e fazer mais uma pergunta, e agradeço a gentileza dele de responder.

Secretário, o senhor falou muito sobre a não condição de retorno às aulas pela situação sanitária, que não há condição de retorno, ou liberação, agora, liberar pelo menos para aquelas escolas que queiram retornar, por conta da condição sanitária, que o senhor acha muito grave.

O senhor acha que o Governo Moisés, então, erra ao não proibir o transporte coletivo, não

proibir bares e restaurantes. O senhor acha que o Governo Moisés está errando em não proibir, também, o transporte coletivo, por exemplo, que é um vetor muito maior de transmissão? Eu passo a palavra ao Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - (NATALINO UGGIONI) - Primeiramente, Deputado Bruno, ainda na sua colocação anterior, quando o senhor fala que há estudos que dizem que as crianças não sofrem etc. E aí eu já faço referência à fala da Deputada Ada também, e agradeço a sua manifestação Deputada. Eu tenho dito e reafirmo aos senhores que, se nós colocássemos em uma sala de discussões aquelas pessoas que defendem, os profissionais, especialistas, que defendem esse posicionamento que o Deputado Bruno traz, e aqueles especialistas contrários, aqueles que defendem a manutenção das escolas fechadas, por conta do risco das crianças levarem aos seus familiares essa contaminação, e aí nós termos uma explosão da demanda no sistema de saúde, eles ficariam discutindo um longo tempo. E muito provavelmente não chegariam a um termo comum do que é certo, o que é melhor, se é mantermos as aulas presenciais suspensas, ou retomarmos.

Então, só para deixar bem claro, é um tema que, evidentemente, gera toda essa polêmica, nós temos que fazer uma escolha, nós temos que tomar uma decisão. E se nós tomássemos a decisão pela retomada, o Governo do Estado seria criticado por alguns setores, certamente seria, mas infelizmente nós temos que tomar decisão. Sendo assim, o Governo do Estado entende que as decisões tomadas, até agora, são acertadas, porque elas primam pela saúde da população do Estado de Santa Catarina.

Deputado Marcius, muito obrigado por sua referência. Assim tem sido, e assim é a nossa conduta, não apenas do Secretário, mas de toda a equipe de diretores e assessores. Para muitos dos senhores já disponibilizamos um canal direto, não precisa passar pelo Secretário para que vocês tenham informações de processos do seu interesse, e canal aberto para todos vocês, a qualquer tempo,

a qualquer dia da semana. Muito obrigado por suas palavras!

Em relação às atividades laboratoriais e de estágio, sim, estão no plano de retomada como prioridade, porque nós entendemos que são atividades importantes para a formação dos estudantes. Essas ações estão como prioridade para retomada também logo no início. O senhor citou, e é verdade, nós já encaminhamos mais de 2.2 milhões de máscaras para as escolas, uma quantidade grande de álcool em gel, mas não serão suficientes. Nós estamos adquirindo mais equipamentos para proteção, também estamos adquirindo termômetros para a medição de temperatura, e, evidentemente, se outros equipamentos de proteção individual, ou coletiva, se fizerem necessários, nós vamos adquirir e disponibilizar para as nossas escolas.

O senhor citou esse vídeo que está rodando aí, nós recebemos também, sobre o local de medição, eu não entendo, não sou especialista, eu procurei a informação com especialistas, e não há nada cientificamente comprovado. Foi a resposta que eu ouvi, não estou dizendo que esteja certa, eu estou dizendo a resposta que ouvi de especialistas. Estou compartilhando com os senhores.

Em relação às vans, eu acho essa iniciativa que a Deputada Luciane traz bastante interessante. Novamente, é uma ação, é uma decisão que precisa ser tomada na Secretaria da Fazenda. Levarei ao colega Paulo Eli essa sugestão dos senhores para que seja analisada a possibilidade de alguma ação do Estado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor Secretário, pedindo a palavra ao Presidente da sessão, eu estou aqui recebendo muitas falas dos donos de creche, pedindo para que o senhor interfira mais ainda, e faça um pedido especial à Secretaria da Fazenda com relação a essa questão da linha de financiamento. É muito importante, até porque o senhor tem, poderia dizer, legitimidade para fazer isso, em virtude de ter essa economia do Estado pelo aluno estar na particular. Então, chega lá pra ele e diz: "olha, é muito mais barato nós abrirmos uma linha de crédito para as escolas,

do que pegarmos isso tudo e termos que gastar mais R\$ 10 bilhões por ano da Educação." Muito obrigado, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - (NATALINO UGGIONI) - Começo pela sua participação, Deputado Kennedy, não tenha nenhuma dúvida de que nós reforçaremos esse pleito, porque nós já levamos à Secretaria da Fazenda. Desse setor, desse segmento, é onde nós mais temos recebido demanda, inclusive, de alguns dos senhores, para a nossa atenção em relação ao impacto que está acontecendo, mas, novamente, a nossa decisão tem sido primar pela saúde de todos os envolvidos.

Falando sobre planejamento, Deputada Ada, eu reafirmo que a nossa decisão tem sido sempre tomada com base em dados e informações. E em uma ação, que nós estamos ouvindo onde a educação acontece, os envolvidos no processo da educação, os professores, os nossos gestores, as nossas coordenadorias regionais. Nós estamos ouvindo todas as demandas, o sindicato da classe, o Sindicato dos Professores tem trazido as demandas para nós.

O Sindicato das Escolas Particulares, Deputado Kennedy, ainda ontem nós tivemos uma audiência com o presidente, em uma tentativa muito respeitosa, ele nos trouxe todas as demandas. Aliás, a interação está filmada, se os senhores tiverem interesse para ver a forma respeitosa com que nós recebemos as demandas dele, posicionamos a forma de visão do Estado, e levamos essa tratativa ao conhecimento da Secretaria da Saúde também.

E esse tempo, Deputada Ada, que nós temos, aí agora, desse anúncio, dessa capacitação que vai acontecer, no dia 9 de setembro, nós teremos então um tempo suficiente para que todas as redes se apropriem desse conhecimento, e nos organizemos bem para a retomada das atividades.

As decisões do Governo, Deputado Bruno, têm sempre sido anunciadas com a devida antecedência para que todos possam ter tempo para se organizar e retomarmos com toda segurança. Já combinamos com o colega da Secretaria da Saúde, que temos essa responsabilidade de fazermos o anúncio. As

informações que nós recebemos dão conta de que as condições de saúde, em Santa Catarina, estão melhorando, o que é muito positivo e que mostra que o Governo do Estado tem tomado as decisões acertadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - A minha pergunta foi se o senhor acha que o Governo Moisés erra ao não proibir, por exemplo, o transporte coletivo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Eu ia chegar nesse ponto agora, que era a última pergunta, eu estou controlando o tempo aqui.

Eu penso que não, eu reafirmo que o Governador Moisés tem participado de todas as decisões. E as decisões que o Estado vem tomando, sempre chanceladas pelo Governador, são tomadas com base nas definições, nas informações técnicas e muito qualificadas da Secretaria da Saúde. São decisões responsáveis, que primam pela saúde e segurança dos catarinenses.

Então, eu reafirmo que o compromisso do Governo do Estado e da equipe de Governo é com a segurança e a saúde dos catarinenses. Não é diferente na Educação, eu falei, eu mostrei os números para os senhores, repito, 1,7 milhão de catarinenses são envolvidos na Educação. E quando nós retomamos as aulas presenciais, movimentamos a população do Estado inteiro, e é por isso que nós precisamos ter este olhar atento e responsável para as tomadas de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - É que para mim parece contraditório, Secretário, os senhores acharem correto em terem dois pesos e duas medidas. Acharem que não tem problema, por exemplo, transporte coletivo, e que tem problema em liberar as escolas, isso me parece um pouco contraditório, já que o senhor falou tanto de estudos, já que cientificamente transporte coletivo, por exemplo, tende a ser um vetor de transmissão muito maior do que do que as próprias escolas. Então, ou o Governo erra ao não proibir o transporte coletivo, ou o Governo erra ao proibir que as escolas abram se assim queiram.

Eu agradeço a presença de todos. O senhor tem algum comentário que gostaria de fazer?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (NATALINO UGGIONI) - Um comentário nessa última ponderação do senhor, bem rapidinho. Perdoe-me, respeitosamente, eu não entendo que seja contraditório, é que essa é uma decisão complexa. Eu queria aproveitar e dizer que o Governo do Estado, atendendo a pleitos, atendendo a demandas, fez liberações para a educação. O Estado liberou o ensino superior, o Estado liberou o estágio de ensino superior, o Estado liberou o estágio do ensino técnico, o Estado liberou as atividades laboratoriais, e essas concessões todas têm sido acompanhadas por esse sistema de Inteligência. E mostra que, até aqui, diferente de outros Estados, que agora estão liberando ensino superior, Santa Catarina tomou as decisões acertadas.

Volto a dizer, finalizo, Deputado Bruno, que o Secretário e a equipe da Secretaria da Educação estão à disposição de todos os senhores, a qualquer tempo, para responder a todas as suas dúvidas, para que tenhamos esse canal de diálogo franco, aberto, respeitoso e democrático, entre os senhores representantes, e nós, que somos responsáveis pela execução da Educação no Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado pela oportunidade e pelo tempo dos senhores!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Souza) - Senhor secretário, com todo respeito, mas esse canal aberto é minha prerrogativa. O canal aberto com o Secretário e a convocação de um Secretário de Estado é prerrogativa de um Deputado. Eu não quero que o senhor tenha canal e diálogo aberto comigo, eu gostaria que o senhor tivesse diálogo com as escolas, com os pais, gostaria muito disso, porque informar é diferente de dialogar.

O senhor falou no começo que se surpreende com a minha posição, mas é porque o senhor considera, ao que parece, que informação é dialogar, eu não considero. Uma coisa é você publicar em um *site*, divulgar o que está fazendo, outra coisa é, enquanto o processo está em curso, acontecendo, o

senhor dialogar com a sociedade, que está sendo impactada por isso.

E o senhor também, se me permite, fez uma analogia com uma sala, se botarem os cientistas para debater, não teremos consenso entre os dois lados. Pois é, mas a Secretaria está tomando um lado, está indo para um dos lados. E usando a mesma analogia do senhor, se os lados não se entendem, eu acredito, na minha opinião, é a minha opinião pessoal, agora, é que a regra deveria ser, então, a responsabilidade e a liberdade. Os pais que quisessem enviar os seus filhos, assim poderiam, e os pais que não quisessem, não seriam punidos.

As escolas privadas que quisessem abrir, poderiam abrir, já que, como o senhor falou, há argumento para todos os lados, mas a Secretaria toma uma posição ao proibir as escolas privadas que querem abrir, de abrir. Isso é o que me preocupa muito, porque não, escola privada e pública não é igual, por mais que o senhor consiga algum crédito eventual, não é igual. Escola pública não quebra, não desemprega, agora, escola privada, sim, por isso a preocupação desta audiência.

De qualquer forma, eu agradeço muito a participação do senhor! Eu espero que essa postura com a sociedade e com as escolas possa mudar um pouco na Secretaria. Que possa haver esse maior diálogo com a Secretaria, porque nós deveríamos, hoje, estar tratando de outros assuntos, e não dessa falta de diálogo.

Encerrando a sessão, a Presidência agradece a presença do senhor Secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, que atendendo convocação desta Assembleia, prestou os esclarecimentos solicitados.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental. Está encerrada a sessão. Muito obrigado! *[Transcrição: Northon] [Revisão: Taquígrafa Eliana]*